

# ALE começa a adotar ponto eletrônico para servidores

MARCOS RODRIGUES  
REPÓRTER

Demorou, mas a Assembleia Legislativa Estadual (ALE), aos poucos, dá sinais de mudança no rumo de sua gestão. Na próxima semana, os aproximadamente 700 servidores efetivos da Casa devem começar a ter que bater ponto biométrico (com colocação da digital) em uma das cinco estações instaladas em locais estratégicos do prédio.

Conhecida nacionalmente por ter em seus quadros servidores faltosos, os chamados "fantasmas", a ALE pode pôr fim à essa situação. Segundo a presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo, Zilneide Lages, a entidade não tem nenhum tipo de objeção. "Desde que o ponto seja para todos os servidores efetivos lotados na Casa. Estamos aguardando a publicação no Diário Oficial das normas, até para ficar claro o funcionamento, já que há setores com horários diferenciados, a exemplo do plenário, que funciona tanto pela manhã quanto à tarde e até à noite", destacou Zilneide, lembrando que há necessidade em reconhecer as horas extras.

A medida, que parecia impensada há alguns anos, vem na sequência da auditoria realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que propôs, entre outras coisas, um senso com o cadastramento dos servidores. Conforme a escala de trabalho definida, oficialmente, existirão dois turnos: das 7h às 13h e das 13h às 19h. Durante toda essa semana, os servidores estão fazendo testes de impressão com o nome do servidor e do horário.

Nos corredores da Casa, a *Gazeta* ouviu alguns servidores preocupados com a medida, já que em alguns casos, durante anos tratou a atividade parla-

mentar como um "bico de luxo". Já os que efetivamente cumprem com as obrigações, é a hora de separar o joio do trigo, ou seja, quem cumpre ou não expediente pra valer.

Ficam de fora da obrigatoriedade do ponto os ocupantes de cargos comissionados, já que a responsabilidade pela contratação e manutenção é diretamente do deputado.

## DIÁRIO ELETRÔNICO

Na tarde de ontem, também ficou definido que a ALE terá o seu Diário Oficial Eletrônico. O texto principal já havia sido aprovado, entretanto, por conta de duas emendas do deputado Rodrigo Cunha (PSDB), ele aguardava sanção.

De acordo com as propostas do parlamentar, toda e qualquer nomeação para cargos comissionados deveria apontar a função específica, seguida do parlamentar responsável pela nomeação. Mas após uma divergência sobre como o

tema seria encaminhado, as propostas foram colocadas em votação e foram derrotadas.

Na mesma sessão, o deputado Isnaldo Bulhões (PMDB), suplente da Comissão de Orçamento e Finanças da ALE, aproveitou para convocar os parlamentares a apresentarem suas emendas no tempo regimental das 10 sessões, em que o projeto de lei orçamentária está a disposição do plenário.

"Conclamo aqui em plenários os deputados para que cumpram os prazos, a fim de que evitemos prolongamentos do encerramento dos trabalhos legislativos no final do ano", alertou Bulhões.

Com a realização da sessão de ontem, faltam apenas quatro para que sejam apresentadas emendas em plenário. Depois disso, apenas a Comissão de Orçamento e Finanças, de acordo com o Regimento Interno da ALE, é quem pode apresentar propostas.